



**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE CATALÃO - GOIÁS**

**Ref: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2025 - PROCESSO Nº 2025016809.**

Ilmo (a). Sr. (a) Pregoeiro (a),

**A ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES - ME, inscrita no CNPJ nº 28.561.497/0001-36** pessoa jurídica de direito privado devidamente qualificada no Pregão Eletrônico em referencia, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, de forma tempestiva, **com fundamento no item 11 do edital e nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentar**

### **CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Interposto pela empresa **MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.428.924/0001-08 e CSC LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.401.013/0001-40** aduzindo, para tanto, as razões abaixo delineadas.

#### **1. BREVE SÍNTESE FÁTICA DO CERTAME:**

**A Prefeitura Municipal de Catalão-Goiás, promoveu licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, cuja finalidade é “ Registro de Preços para FUTURA e EVENTUAL locação de máquinas, veículos e equipamentos, com operadores e motoristas, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, pelo período de 12 (doze) meses, conforme disposições estabelecidas neste Instrumento e anexos.”**



Inicialmente, importante lembrar que cabe à Administração Pública no ramo das licitações seguir os princípios da Legalidade, Publicidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Isonomia **e da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, dentre outros que lhes são correlatos.**

Vamos destacar aqui o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determina que a Administração Pública deverá seguir de forma estrita a todas as regras que tenham sido previamente estipuladas para disciplinar e conduzir o certame.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes do instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelece **o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021**, verbis:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, DO JULGAMENTO OBJETIVO**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, **DA ECONOMICIDADE** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).  
**destaquei**

Como de conhecimento, é por meio do ato convocatório (Edital) que o poder público chama os potenciais interessados em contratar com a Administração e apresenta o objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos licitantes. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as exigências de habilitações.

**Nesse sentido, a Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.**

Importante registrar que, o Pregoeiro, nos certames públicos, é peça-chave para o sucesso das licitações, como a que está nas mãos de Vossa Senhoria.

Marçal Justen Filho, ao mencionar o papel do pregoeiro, aduz que:



**“É importante reconhecer que o pregoeiro é o sujeito que produzirá o surgimento de um contrato cujo objeto será necessário e útil para o perfeito desempenho das atividades da Administração Pública.**

**“Em outras palavras, uma contratação inadequada se refletirá sobre o universo da atividade administrativa e gerará efeitos nocivos para todos os terceiros que dela dependam.”**

É papel desse i. Pregoeiro, diante disso, assegurar a observância irrestrita da legislação, **do Edital e a obtenção da proposta mais vantajosa dentro do que foi exigido no instrumento convocatório, devendo existir total compatibilidade entre legalidade e economicidade.**

É, portanto, necessário manter o resultado do certame, com a consagração da ora Recorrida como aceita e habilitada, exatamente como está, haja vista que ultrapassada a fase de lances, a Recorrida foi considerada vencedora do certame, uma vez que cumpriu com todas as exigências previstas no edital (proposta e habilitação), bem como apresentou a melhor proposta para a execução dos serviços licitados.

Inconformadas, as Recorrentes interpuseram Recursos administrativos objetivando a desclassificação/inabilitação da Recorrida, alegando supostos descumprimentos dos termos do edital, no entanto os fundamentos contidos nos recursos administrativos **não ultrapassam a barreira do inconformismo, bem como merecem ser desprovidos.**

Assim sendo, cumpre a Recorrida, quanto ao mérito recursal, apenas por cautela, tecer o que segue por mero **“amor ao debate”**.

## **2. DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELAS RECORRENTES**

Em suma, as empresas ora Recorrentes, pautadas em alegações distorcidas interpõe os seus Recursos Administrativos e requerem a invalidação da decisão que habilitou e declarou vencedora do certame a empresa ora Recorrida, com base nos apontamentos que seguem abaixo, os quais segundo as Recorrentes foram violados pela Recorrida:

- 1. DO DESENQUADRAMENTO DA RECORRIDA DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA; (MARINS)**
- 2. NÃO INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ANTES DA ABERTURA DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS; (MARINS)**
- 3. INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS APRESENTADOS. (CSC)**

É o breve resumo do relato. Sem razão as Recorrentes.



### 3. DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS

De plano, há que se afirmar que a Recorrida cumpriu com todas as obrigações editalícias que lhe dizem respeito, inclusive as relativas a apresentação da proposta/planilhas, sendo que o Ilmo. Pregoeiro quando da análise dos documentos procedeu de forma legal e correta quanto a sua classificação e habilitação, **bem como o saneamento de dúvidas através das diligências necessárias, a qual foram devidamente cumpridas dentro dos prazos estipulados.**

Contudo, haja vista a apresentação de Recurso Administrativo pelas Recorrentes urge a Recorrida, qualificada preambularmente, contestar o mérito das razões acostadas ao processo administrativo do certame, em especial após a análise das mesmas.

#### 3.1. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Com base na Lei Complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que assim dispõe:

“ Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

(...)

§ 9º A empresa de pequeno porte que, **no ano-calendário**, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art.122, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos§§ 9º-AA,100 e122.§ 9º-

A. Os efeitos da exclusão prevista no§ 9ºo dar-se-ão **no ano-calendário subsequente** se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% do li (vinte por cento) mite referido no inciso II do caput.



Diante do exposto, resta mais do que claro que, as alegações apresentadas pela empresa **MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA**, não tem sustentação na Lei Complementar 123/2006, senão vejamos:

A recorrida encontrava-se em 2024 enquadrada como Microempresa, conforme documentos já apresentados na habilitação do certame, durante o exercício efetuou a progressão para Empresa de Pequeno Porte – EPP, contudo o maior faturamento da empresa ocorreu em dezembro/2024, final do **ano-calendário**. **(grifo nosso)**

Por se tratar de encerramento do exercício a empresa não foi desenquadrada da condição de microempresa, sendo que o SPED dezembro/2024 foi enviado dentro do prazo normal a Receita Federal do Brasil, ficando a cargo desse órgão o desenquadramento da empresa.

Como a empresa ainda se encontra enquadrada com Microempresa, tanto na **Receita Federal do Brasil** – vide cartão CNPJ, quanto na **Junta Comercial do Estado de Goiás** – vide Certidão Simplificada, essa é a condição a ser declarada na participação do processo licitatório, pois é o que consta nos órgãos oficiais e que se a empresa consegue comprovar. (documentos em anexo).



Governo do Estado de Goiás  
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços  
Junta Comercial do Estado de Goiás



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

<b>Nome Empresarial:</b> ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA			<b>Protocolo:</b> GOC250069444		
<b>NIRE:</b> 52204616622					
<b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Empresária Limitada					
<b>NIRE (Sede)</b> 52204616622	<b>CNPJ</b> 28.561.497/0001-36	<b>Data de Ato Constitutivo</b> 01/09/2017	<b>Início de Atividade</b> 01/09/2017		
<b>Endereço Completo</b> Eixo Principal 1 A, Nº SN, QUADRAZ-A, DISTRITO MINERO INDUSTRIAL DE - Catalão/GO - CEP 75709-665					
<b>Objeto Social</b> ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS, SEM OPERADORALUGUEL DE MAQUINAS AGRICOLAS, COM OPERADORALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO, SEM OPERADOR INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUCAO CIVIL CONSTRUCAO DE EDIFICIOS, OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALÇADAS, CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO, DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS, PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO, IMPERMEABILIZACAO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS EM GERAL, OBRAS DE FUNDACOES, ADMINISTRACAO DE OBRAS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS, OBRAS DE ALVENARIA, SERVICOS DE ARQUITETURA, DE ENGENHARIA, DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA, LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS, OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL, MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS, CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIACAO DE IMOVEIS, SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGASTRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, CARGA E DESCARGA, ALUGUEL, COM OPERADOR, DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AOS SERVICOS DE TERRAPLENAGEM, LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA OU CONDUTOR, OBRAS DE TERRAPLENAGEM SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA, SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS, SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES, REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS E USADOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES E FABRICACAO DE OUTROS ARTEFATOS E PRODUTOS DE CONCRETO, CIMENTO, FIBROCIMENTO, GESSO E MATERIAIS SEMELHANTES MARKETING DIRETO.					
<b>Capital Social</b> R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)		<b>Porte</b> ME (Microempresa)		<b>Prazo de Duração</b> Indeterminado	
<b>Capital Integralizado</b> R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)					
<b>Dados do Sócio</b>					
<b>Nome</b> ALEXANDRE VALLADARES TEIXEIRA	<b>CPF/CNPJ</b> 072.586.946-17	<b>Participação no capital</b> R\$ 5.000,00	<b>Espécie de sócio</b> Sócio	<b>Administrador</b> S	<b>Término do mandato</b> Indeterminado
<b>Nome</b> ALINE OLIVEIRA LACERDA VALLADARES	<b>CPF/CNPJ</b> 022.221.881-99	<b>Participação no capital</b> R\$ 495.000,00	<b>Espécie de sócio</b> Sócio	<b>Administrador</b> N	<b>Término do mandato</b> Indeterminado
<b>Dados do Administrador</b>					
<b>Nome</b> ALEXANDRE VALLADARES TEIXEIRA	<b>CPF</b> 072.586.946-17	<b>Término do mandato</b> Indeterminado			
<b>Último Arquivamento</b>					
<b>Data</b> 14/03/2024	<b>Número</b> 20240068174	<b>Ato/eventos</b> 002 / 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)			<b>Situação</b> ATIVA <b>Status</b> SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 26/06/2025, às 14:34:13 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.portaldoempreendedor.goiano.gov.br>, com o código **ADGTGHAS**.

SUZANA FONTES BORGES FILETI  
Secretário-Geral



04/05/2022 15:52

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>28.561.497/0001-36</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA <b>01/09/2017</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ALFA SERVICOS E LOCACOES LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ALFA SERVICOS E LOCACOES</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente</b> <b>23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes</b> <b>33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais</b> <b>41.20-4-00 - Construção de edifícios</b> <b>42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas</b> <b>42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação</b> <b>42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas</b> <b>42.92-8-02 - Obras de montagem industrial</b> <b>42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente</b> <b>43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas</b> <b>43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno</b> <b>43.13-4-00 - Obras de terraplenagem</b> <b>43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos</b> <b>43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil</b> <b>43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral</b> <b>43.91-6-00 - Obras de fundações</b> <b>43.99-1-01 - Administração de obras</b> <b>43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias</b> <b>43.99-1-03 - Obras de alvenaria</b> <b>43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>EX P 1 A</b>		NÚMERO SN	COMPLEMENTO <b>QUADRAZ-A</b>
CEP <b>75.709-665</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>DISTRITO MINERO INDUSTRIAL DE CATALAO</b>	MUNICÍPIO <b>CATALAO</b>	UF <b>GO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTATO@COMPLEMENTOCONTABILIAD.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(64) 9944-6676</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>01/09/2017</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/05/2022 às 15:51:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

1/2

ALFA Serviços e Locações. – ME  
Catalão – GO  
(64) 99944-6676



Desse modo, não merecem prosperar as alegações da Recorrente.

### **3.2. NÃO INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ANTES DA ABERTURA DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90043/2025 do Município de Catalão – Goiás prevê no item 10 - DA HABILITAÇÃO:

“10. DA HABILITAÇÃO: 10.1. **Encerrada a etapa de julgamento de propostas**, o Pregoeiro verificará, por meio do sistema eletrônico, a conformidade em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica.

10.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.7. **Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio do sistema, em formato digital, pelo licitante vencedor, juntamente com a Proposta Final Realinhada, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, após solicitação no sistema eletrônico.**

10.7.1. Caberá ao Agente de Contratação/Comissão decidir pela prorrogação de prazo a que se refere o item anterior, nos seguintes casos:

10.7.1.1. Mediante justificativa devidamente fundamentada por fato superveniente manifestado pelo licitante; ou,

10.7.1.2. De ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para envio dos documentos exigidos no Edital.” **(GRIFAMOS)**

O edital de licitação seguiu a risca o que determina a Instrução Normativa nº 73/2022 da SEGES, que regulamentou as licitações realizadas com critério de julgamento menor preço ou maior desconto.

**NÃO EXISTE A EXIGÊNCIA DE CADASTRAMENTO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVIAMENTE A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO, OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU COMISSÃO, SOMENTE APÓS O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E MEDIANTE SOLICITAÇÃO VIA SISTEMA, COM O PRAZO MÍNIMO DE DUAS HORAS. (INSTRUÇÃO NORMATIVA 73/2022 E EDITAL DE LICITAÇÃO)**

Senão vejamos:

Instrução Normativa 73/2022:

Art. 39. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º ou por aqueles que aderirem ao Sicaf.





§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf **serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação.**

§ 2º **Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do art. 8º, observado, nesta hipótese, o disposto no § 2º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 3º Na hipótese do § 2º, serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, **somente em momento posterior ao julgamento das propostas**, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 4º Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 5º Na hipótese de que trata o § 2º, **os documentos deverão ser apresentados** em formato digital, **via sistema**, no prazo definido no edital de licitação, **após solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação**, quando o substituir, no sistema eletrônico, no prazo de, **no mínimo, duas horas**, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no § 3º do art. 29. (grifamos)

Isso comprova que as alegações da RECORRENTE são meramente protelatórias, uma vez que, é cristalina, não depende de interpretação e de leitura simples do edital de licitação, para verificar que as ações da RECORRIDA foram executadas de acordo com a legislação e o edital de licitação.

### **3.3. INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS APRESENTADOS**

Ao se debruçar sobre a normativa e sua aplicação prática, deve-se considerar a lógica e a estruturação legislativa na busca pela interpretação que melhor atenda aos princípios constitucionais que regem a administração pública e os processos licitatórios.

O desafio está em harmonizar os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 com as diretrizes para a redação de leis (Lei Complementar nº 95, de 1998), de modo a extrair uma compreensão que permita, de forma justa e razoável, a avaliação da exequibilidade das propostas sem comprometer a integridade e a efetividade dos procedimentos licitatórios.

A reflexão proposta sobre a inexecuibilidade das propostas, apoiada em um entendimento que considera tanto a literalidade da lei quanto as necessidades práticas da administração contratante, sugere uma visão que não somente respeita a norma, mas também viabiliza a participação equitativa e competitiva dos licitantes, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Destarte, conclui-se pela importância de uma interpretação da lei que, ao ponderar sobre a inexecuibilidade das propostas, faça-o com a devida consideração às peculiaridades de cada caso, promovendo



a eficiência e a eficácia na contratação pública, alinhadas aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que norteiam a atuação da Administração Pública.

Depreende-se que a administração pública tem liberdade suficiente para compreender uma proposta como inexequível, mas não pode tomar tal decisão sem fazer um cuidadoso exame acerca do fato de que há ou não inexequibilidade, isso por que uma decisão apressada poderia conduzir à má apreciação da opção e, consequentemente, a ocorrência de uma injustiça.

Nesse trilha, foi criada a súmula 262 do TCU (Tribunal de Contas da União), que, ainda pertencente ao ordenamento jurídico, diz: “O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a **uma presunção relativa de inexequibilidade de preços**, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta” (Brasil, 2010, grifou-se).

Embora essa súmula tenha sido criada sob as bases da revogada Lei de Licitação Pública, o conteúdo continua pertinente, pois a Lei em vigor desde 2021 também abraça a necessidade de avaliar a exequibilidade das propostas, em matéria de licitação pública, afastando aquelas que realmente sejam inexequíveis e não conseguirão proporcionar os objetivos estrategicamente elaborados.

Vale ressaltar que as empresas têm poderio econômico que diverge de uma empresa para outra. Nesse sentido, o critério de inexequibilidade, apesar de envolver uma lógica matemática, tem alguma carga subjetiva, pois o que é inexequível para uma atividade comercial não será, necessariamente, inexequível para outra, existem fatores sociais, econômicos e até políticos que pesam na decisão e os princípios do contraditório e da ampla defesa devem ser fielmente respeitados.

A alegação de inexequibilidade da RECORRENTE perde força quando outras empresas apresentaram propostas semelhantes ou bem próximas da RECORRIDA, demonstrando que os valores finais da licitação estão de acordo com o mercado.

Consideramos, ainda, a possibilidade da RECORRENTE não ter a expertise necessária para a participação em licitações, não conhecer o mercado de CATALÃO, não possuir as máquinas, o equipamentos e os funcionários que serão utilizados na prestação dos serviços, resultando numa planilha de composição de custos deficitária com relação ao demais concorrentes, que já possuem todos os insumos previstos e, que por isso, consegue reduzir os custos e ter preços mais atrativos para a participação na licitação.

Lembramos, ainda, que a Instrução Normativa nº 73/2022 não obriga o Agente de Contratação/Pregoeiro a realização de diligência para aferição dos valores, pois trata-se de indício e não de fato típico, e como outras empresas apresentaram valores aproximados, os indícios de inexequibilidade não tem sustentação.

### 3.4. DAS DEMAIS ALEGAÇÕES SEM FUNDAMENTO EXPOSTAS PELAS RECORRENTES



No que se refere as demais falácias expostas pelas Recorrentes nos termos de seus Recursos, cumpre esclarecer que a Recorrida está no mercado desde o ano de 2017, onde presta serviços para diversos órgãos da Administração Pública Direta, Indireta e também particulares, a qual pode ser comprovado compulsando toda a sua documentação apresentada neste certame, onde constam contratos vigentes, atestados de capacidade técnica e demais certidões expedidas pelos órgãos de controle, portanto as “acusações” das Recorrentes soam como má-fe e mero inconformismo, por não ter logrado sucesso no certame, o que não interfere em nada na análise das propostas e habilitação da Recorrida.

Não obstante as frágeis argumentações das Recorrentes, podemos observar que as mesmas manejaram os referidos recursos tão somente com o fito de atrapalhar o certame, pois trazem em suas peças recursais informações inverídicas e sem provas a respeito da Recorrida, tentando a todo custo macular a imagem desta, afirmando e narrando fatos sem fundamento algum, com um único intuito, que é o de induzir ao erro no julgamento por parte do pregoeiro e frustrar o objetivo da licitação, que é a busca da proposta mais vantajosa e que atendeu a todos os ditames do edital.

**O Direito ao recurso de fato é universal e protegido constitucionalmente, no entanto sempre deve respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, onde a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. No entanto o que se extrai das peças recursais das Recorrentes é meramente o inconformismo e ilações infundadas que em nada interfere no julgamento com base na legislação vigente.**

Ainda, no certame em comento não há qualquer situação, documento ou informação que atinja diretamente a competitividade e a isonomia entre os participantes da licitação, o que permitiu ao ente público a busca e classificação da proposta mais vantajosa, permitindo, assim, julgar de forma objetiva a proposta e a habilitação apresentada pela Recorrida.

Ante o exposto, justifica-se a manutenção da decisão recorrida, haja vista que não houve qualquer ilegalidade no certame. Desse modo, não merecem prosperar as alegações das Recorrentes.

Neste diapasão da análise dos recursos apresentados pelas Recorrentes há que se salientar e concluir, **que o intuito dos mesmos possuem, tão somente, o condão de tumultuar o certame, haja vista que aduz irregularidades descabidas e falaciosas, mas nada se comprova.**

#### **4. DOS PEDIDOS:**

À vista do exposto, confiante na atenção e eficiência com que tem sido direcionada a presente licitação, requer a V. Sa. com acatamento e respeito:

- 1) Que seja mantida a decisão que declarou vencedora a empresa **ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES - ME**, negando

ALFA Serviços e Locações. – ME  
Catalão – GO  
(64) 99944-6676



provimento **TOTAL** aos recursos administrativos interpostos pelas empresas **MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **40.428.924/0001-08** e **CSC LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **15.401.013/0001-40**, nos termos da fundamentação acima exposta;

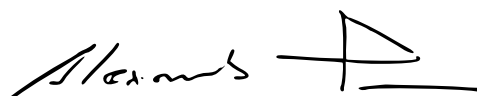
- 2) Que seja determinada a realização de diligência visando à verificação da autenticidade do **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** supostamente emitido pela empresa **MOVTERRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **30.079.400/0001-03**, com sede na Rua 16 de Setembro, nº 17, Centro, Monte Alegre de Minas/MG, e Inscrição Estadual nº 004.348.025-0041, representada por seu sócio-administrador **Sérgio Sabiá Rocha**, brasileiro, empresário, portador do RG nº M. 7.288.222 SSP/MG e **CPF nº 051.921.726-83**, residente na Rua Artur Bernardes, nº 664, Bairro Centro, CEP 38.475-000, Monte Alegre de Minas/MG, **telefone para contato (34) 99973-9121**. Referido documento foi apresentado pela empresa **MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **40.428.924/0001-08**. Requer-se, ainda, a verificação digital da autenticidade da assinatura eletrônica constante no referido atestado, utilizando-se do arquivo original, tendo em vista que, após conferência realizada por nossos colaboradores, não foi possível confirmar sua veracidade, havendo indícios de possível adulteração do documento ou documento corrompido, bem como de que a assinatura eletrônica nele aposta não possui validade jurídica, por não atender à legislação vigente. Tais circunstâncias comprometem a legalidade do documento apresentado e podem ensejar a anulação da participação da empresa MARINS TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA no certame licitatório.

Forte nessas razões, portanto, demonstrado e comprovado o pleno e cabal preenchimento de todos os requisitos de habilitação, bem como que a proposta da Recorrida foi declarada vencedora justamente por atender simultaneamente as referidas exigências e o interesse público, requer-se o prosseguimento as demais fases de adjudicação e homologação do certame em favor da Recorrida.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Catalão-GO, 27 de junho de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**ALFA SERVIÇOS E LOCAÇÕES – ME**  
CNPJ: 28.561.497/0001-36